

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.090 - MG (2019/0037667-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JORGE ANTONIO DE JESUS
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA - MG129977
ANTONIO REINALDO HORTENCIO - MG133631
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JORGE ANTONIO DE JESUS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.102130-4/000).

Consta dos autos que o ora recorrente foi denunciado pela suposta prática da conduta prevista no art. 155, *caput*, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

Perante o Tribunal de origem, a defesa impetrou *habeas corpus* objetivando o trancamento da ação penal. A Corte local, no entanto, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 148):

HABEAS CORPUS - FURTO TENTADO - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - NÃO COMPROVAÇÃO - DESCRIÇÃO DO FATO COM TODOS OS SEUS CIRCUNLÓQUIOS - PERSECUÇÃO PENAL NECESSÁRIA. 01. A carência de justa causa, indigitada como óbice à persecução penal, somente ocorrerá quando verificada, de plano, a atipicidade do fato descrito na exordial acusatória ou a ausência de qualquer indicio suficiente a embasar a acusação, bem assim quando constatada a incidência de causa excludente de ilicitude ou de culpabilidade. 02. Existindo justa causa para o exercício da ação penal e tendo a denúncia descrito fato típico com todos os seus circunlóquios, a persecução penal é medida que se impõe.

Na presente insurgência, a defesa sustenta que o recorrente não é o autor dos fatos narrados pela denúncia. Afirma que teriam sido utilizados documentos falsificados contendo os dados do recorrente. Aponta que outros dois procedimentos, n. 0223.14.014685-1 (Comarca de Divinópolis) e n. 0338.14.013471-3 (Comarca de Itaúna), teriam sido arquivados por ilegitimidade passiva. Argumenta que as vítimas e testemunhas teriam reconhecido que o acusado não é o autor do furto (e-STJ fl. 164).

Salienta, ainda, que o recorrente é "*residente da Comarca de Contagem e nunca se dirigiu aos municípios em que fora acusado, é sócio*

administrador da empresa RODOSERV Comércio de Peças de Caminhões e Máquinas Ltda-ME, assim, não há qualquer lógica para que praticasse os pequenos furtos que lhe são atribuídos" (e-STJ fl. 165). Destaca, por fim, que o acusado é primário, possui bons antecedentes e bom conceito na sociedade (e-STJ fl. 166).

Requer, liminarmente, a paralisação do trâmite processual. No mérito, pugna pelo trancamento da ação penal por ausência de justa causa.

É, em síntese, o relatório.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

É importante destacar, diante do contexto em análise, a excepcionalidade tanto da suspensão do curso da demanda penal como do seu trancamento, sendo cabível apenas nas situações em que são demonstradas, de modo evidente e cristalino, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou outras hipóteses comprováveis de plano, bastantes ao antecipado encerramento da persecução penal, conclusões essas de difícil alcance em exame perfunctório, próprio da medida emergencial.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

